



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682301 - TO (2021/0232083-9)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

PACIENTE : DIONE DA SILVA PEREIRA (PRESO)

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar, impetrado em favor de DIONE DA SILVA PEREIRA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC n. 0005374-86.2021.8.27.2700).

O paciente foi preso em flagrante, em 21.1.2021, pela suposta prática do delito previsto no art. 180, § 1º, do Código Penal, sobrevindo decisão que converteu a custódia em preventiva.

Sustenta o impetrante que não estariam presentes os requisitos necessários para a segregação antecipada do acusado, ressaltando que o delito não foi praticado com violência ou grave ameaça.

Argumenta que os predicados pessoais do acusado, notadamente a primariedade, permitiriam responder ao processo em liberdade.

Ressalta que somente condenações transitadas em julgado seriam aptas a configurar reincidência, de modo que inquéritos policiais e ações penais em curso não poderiam ser levadas em consideração para impor a custódia cautelar.

Por fim, observa que no cárcere o paciente estaria correndo sério risco de contaminação pela COVID-19, o que reforçaria a necessidade de soltura.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao paciente, com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 18/19):

"Conforme anteriormente anotado, a materialidade e os indícios de autoria estão demonstrados pelo auto de prisão em flagrante, auto de exibição e apreensão, além de testemunhos dos policiais que participaram da ocorrência que culminaram prisão do paciente.

De fato, exsurtem das investigações que o paciente foi identificado pelos guardas metropolitanos como autor de diversos roubos praticados no dia anterior à sua prisão em flagrante.

[...]

De acrescentar que somente neste primeiro semestre

deste ano de 2021, conforme apontado pelo Ministério Público (evento 4, autos nº 0002082-06.2021.827.2729), o paciente consta como suposto autor de crimes que resultaram na instauração de 07 (sete) inquérito policiais, de modo que, aparentemente seria dado a práticas delitivas com certa frequência, cuja circunstância revela sua efetiva periculosidade e real possibilidade de que, solto, volte a delinquir; ainda, em consulta à Certidão de Antecedentes anexadas no evento 11 do IP nº0001777-22.2021.827.2729 indica ato infracional e inúmeras práticas delitivas, havendo inclusive ação penal em curso. Portanto, vislumbra-se que o ergástulo cautelar está motivado em dois dos pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

[...] é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que 'a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade. (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)' (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência